



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

RELATÓRIO

Campinas, 24 de julho de 2025.

COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

Protocolo e-SIC 405/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o **RECORRENTE** solicitou inicialmente:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 405/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 22/05/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 10/07/2025 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 23/06/2025 por Valéria Cristina Martins dos Santos Motivo: Necessidade de avaliação e ou complementação de resposta
Solicitação À Prefeitura Municipal de Campinas Secretaria Municipal de Saúde A/C: Ouvidoria do SUS – Campinas Assunto: Solicitação de Relatório de Encaminhamentos para Especialidade – UBS Pe. Anchieta (Janeiro a Maio de 2025) Prezados(as), Nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), venho solicitar o relatório de encaminhamento para consultas e atendimentos em especialidades médicas realizados pela UBS Padre Anchieta, no período de Janeiro a maio de 2025. Solicito, se possível, que o relatório contenha as seguintes informações: <input type="checkbox"/> Quantidade de encaminhamentos realizados por mês; <input type="checkbox"/> Especialidades médicas mais requisitadas (ex: cardiologia, ortopedia, neurologia, endocrinologia, psiquiatria, etc.); <input type="checkbox"/> Média de tempo de espera entre o encaminhamento e a consulta agendada (se disponível); <input type="checkbox"/> Quantidade de encaminhamentos ainda pendentes de atendimento. Peço que os dados sejam enviados em formato digital acessível, como planilha Excel ou CSV, para fins de análise. Esta solicitação visa acompanhar o fluxo de pacientes para a atenção secundária e identificar possíveis gargalos ou especialidades com maior demanda reprimida. Desde já, agradeço pela atenção e colaboração. Atenciosamente, Adriano Novo			

A **Secretaria Municipal de Saúde (SMS)** ofereceu a seguinte resposta:

Em atenção ao pedido de acesso a informação no âmbito da administração Pública, regulamentada pelo decreto municipal 22.170 de 08 de junho de 2022 tenho a informar, em consonância com Art. 4º do decreto municipal, o município de Campinas possui no Portal de Transparência acessado no endereço eletrônico <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/gestao-e-controle/pagina/portal-da-transparencia>

Neste portal, o cidadão tem acesso às informações referentes a contas públicas, convênios, emendas parlamentares, gestão de pessoas, fundos municipais, licitações e contratos, planejamento e prestação de contas, informações de saúde dos serviços e acesso a medicações.

Em relação a composição das equipes de saúde e profissionais vinculados aos serviços de saúde é possível consultar o site do CNES acessando cnes.datasus.gov.br

Procedimentos de acesso a saúde estão disponíveis no portal de transparência e através do canal de comunicação 160.

Indicadores de saúde e prestação de contas específicas do fundo municipal de saúde estão disponíveis nos relatórios de RDQA e RAG disponíveis no portal de transparência, aba saúde e fundos municipais

Informações sobre convênios e contratos estão disponíveis no portal da transparência.

Em relação às demais informações solicitadas, indefiro a solicitação considerando a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e o inciso III do Art. 5º do decreto municipal por envolver trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados.

Insatisfeito, o **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

Prezados(as),

A página informada na resposta à solicitação não está disponível. Conforme demonstram as telas anexas, ao digitar o endereço indicado, o portal exibe a seguinte mensagem:

"Não encontramos a página que você tentou acessar.
Faça uma pesquisa no Portal da Prefeitura para localizar o conteúdo!
Utilize o campo acima para pesquisar serviços, páginas, sites e notícias disponíveis no Portal."

Além disso, com o suporte da Secretaria de Controle, acessei o Portal da Transparência, mas verifiquei que este também não disponibiliza as informações requeridas por meio do E-SIC em questão.

Ressalto que os dados solicitados não se enquadram como dados pessoais sensíveis, conforme definição do art. 5º, inciso III, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), tampouco identificam ou expõem informações pessoais de terceiros.

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 - LAI), em seu art. 3º, estabelece como princípio fundamental a publicidade como regra geral e o sigilo como exceção. Ademais, o art. 7º da mesma lei assegura ao cidadão o pleno acesso à informação de interesse público.

Portanto, a negativa de acesso a dados públicos e não sensíveis pode configurar violação aos princípios constitucionais da publicidade e transparência, previstos no art. 37 da Constituição Federal. Além disso, tal conduta pode, em tese, caracterizar ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11 da Lei nº 8.429/1992, por atentar contra os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade na administração pública.

Diante do exposto, requeiro a imediata revisão da negativa e o consequente deferimento do acesso integral às informações solicitadas, sob pena de adoção das medidas legais cabíveis, incluindo a comunicação ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, para apuração de eventual conduta irregular ou omissiva por parte do órgão responsável.

O recurso, encaminhado à **SMS**, obteve a decisão, cujo trecho importa transcrever:

Em atenção ao que se pede, da forma como solicitada, tenho a informar que mantenho indeferimento da solicitação de informações.

O sistema de saúde realiza diversos agendamentos em especialidades médicas, em diferentes serviços assistenciais próprios e conveniados, na alta e média complexidade. Além disso, o município vem trabalhando de forma centralizada para o agendamento de diferentes especialistas através de classificação de risco, para garantir equidade no acesso a todos os usuários do SUS Campinas.

O levantamento de todas as especialidades de forma genérica, envolve análise em diferentes sistemas de dados e Departamentos sendo necessária a paralização da rotina de trabalho de mais de um servidor para realização de levantamento em bancos de dados. Além disso, todos estes sistemas possuem dados sensíveis dos usuários do SUS e só podem ser acessados por profissional de saúde envolvido no cuidado do mesmo.

A de se considerar a diferença do conceito de dados e informação. Dados são fatos ou números brutos enquanto informação é a organização e interpretação de dados que gere significado e contexto. Causa-nos extrema preocupação a utilização de dados brutos como informação pelo risco de interpretação fora de contexto e conhecimento técnico. No formato apresentado, o cidadão em tela solicita dados e não informação.

É importante registrar que o sistema regulatório é dinâmico, mudando diariamente com novas inserções de pacientes e saídas dos sistemas através do processo de agendamento.

Todos os encaminhamentos são avaliados por profissional Regulador que faz a ordenação dos casos e o agendamentos por classificação de risco. Casos de pacientes com descrição clínica apresentando critérios de prioridade são agendados antes dos casos com menor risco e prioridade. Porém guarda-se uma proporcionalidade garantindo o agendamento de todos os casos em fila a medida de disponibilidade de vagas.

Exposto esta dinâmica, torna-se inexecutável o fornecimento da informação tal como solicitado pelo cidadão.

Esclareço que os fluxos de atendimentos específicos de alguns exames e especialidades pode ser encontrados nos protocolos municipais na

página: <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/protocolos-manuais-e->

cartilhas

Especialidades que não possuem fluxos de encaminhamentos descritos geralmente possuem particularidades da avaliação e decisão médica individual.

O município também possui sistema de teleconsultoria que permite discussão de casos entre médicos especialistas e profissionais da atenção primária.

Seguimos a disposição para esclarecimentos e informação ao cidadão. Solicitamos que o mesmo possa encaminhar sua solicitação de forma mais específica, sem o uso de etc nas frases ou o termo TODOS. Frases como TODOS os exames, como justificado acima, torna a solicitação generalista dificultando a possibilidade de atendimento.

(...)

Irresignado, o **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância**, sob os seguintes fundamentos:

Eu, Adriano Vieira Novo, inscrito no CPF nº 325.619.578-45, venho, respeitosamente, interpor o presente **recurso administrativo** com fundamento no artigo 15 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), em razão da **resposta incompleta ou insuficiente** fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde ao pedido em epígrafe.

Embora o órgão tenha encaminhado informações parciais, **não houve o fornecimento completo dos dados requeridos sobre os encaminhamentos para consultas em especialidades médicas realizados pela UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025.**

Em especial, **não foi encaminhada informação sobre o tempo médio de espera entre encaminhamento e consulta, bem como a quantidade de encaminhamentos pendentes,** elementos que são fundamentais para a avaliação da eficiência da regulação da atenção secundária à saúde.

Adicionalmente, destaco que em **solicitações análogas relativas a outras unidades de saúde, a própria Secretaria já forneceu informações semelhantes, incluindo tempo médio de espera e quantidade de pendências,** demonstrando que tais dados **estão sob custódia da administração pública e são acessíveis.**

O não fornecimento integral da informação, sem fundamentação legal específica ou comprovação de inexistência dos dados, **viola os princípios da publicidade, eficiência e isonomia, expressos na Constituição Federal e na Lei de Acesso à Informação.**

✦ Diante disso, REQUEIRO:

1. **A revisão da resposta com o fornecimento completo das informações solicitadas, incluindo:**
 - o Quantidade mensal de encaminhamentos;
 - o Especialidades mais solicitadas;
 - o **Tempo médio de espera entre encaminhamento e atendimento;**
 - o **Quantidade de encaminhamentos pendentes de atendimento;**
2. Na hipótese de inexistência de algum dos dados, **seja expressamente justificada a sua ausência,** conforme preceitua o art. 11, §1º da LAI;
3. Seja observado o princípio da **isonomia,** uma vez que outras unidades da administração municipal já disponibilizaram dados semelhantes em situações correlatas.

É o Relatório do necessário.

Compete a esta CMJRAI, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 104.485/2025, julgar os recursos interpostos, em última instância,** no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO COMPORTA ACOLHIMENTO.**

Isso porque, até o momento, a **RECORRENTE** não teve sua solicitação inicial atendida, A SMS justificou, dentre outras, que o levantamento de todas as especialidades de forma genérica, envolve análise em diferentes sistemas de **dados e Departamentos,** o que **requer a paralisação de trabalho de mais de um servidor.** Além disso, todos esses **sistemas demandariam acesso por profissionais de saúde envolvidos,** por possuírem **dados sensíveis dos usuários do SUS.** **Orientou, por fim, que o cidadão encaminhasse sua solicitação de forma mais específica,** sem o uso de “etc” nas frases ou o termo “todos” os exames, que torna a solicitação generalista dificultando o atendimento.

Segundo o **Decreto Municipal nº 22.170/2022,** que dispõe sobre a regulamentação dos pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, disponível em

<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/138963>, especialmente seu art. 5º, inciso I, não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

Art. 5º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - **genéricos**;

II - desproporcionais ou desarrazoados;

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV - que contenham pedido de acesso à informação envolvendo mais de 1 (uma) secretaria ou entidade;

V - que configure solicitação de cópia integral ou parcial de documento ou processo administrativo, que possa ser atendida por solicitação de certidão de inteiro ou parcial teor, nos termos do [Decreto Municipal nº 21.799](#), de 25 de novembro de 2021.

O dispositivo guarda semelhança com o **art. 13, inciso I, do Decreto Federal nº 7.724/2012**, que regulamenta a LAI em âmbito federal, a saber:

Art. 13. **Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:**

I - **genéricos**;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Sobre essa hipótese legal, colacionamos o **Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2 – Negativas de acesso à informação** – Brasília 2017, p. 6:

2.1 Pedido genérico

Um pedido de acesso à informação, para ser atendido e considerado como válido, deve permitir que a Administração identifique a informação que interessa ao cidadão ¹. No entanto, alguns cidadãos, quando realizam seus pedidos de acesso à informação, não os descrevem de forma delimitada e geram diversas dúvidas, como ilustrado abaixo.



Figura 1: Pedido genérico

Fonte: Elaboração Enap

Os pedidos genéricos são aqueles que não descrevem de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de acesso à informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação. É um pedido que se caracteriza pelo seu aspecto generalizante, com ausência de dados importantes para a sua delimitação e seu atendimento. Nos termos do Decreto nº. 7.724/2012:

(...)

IMPORTANTE

Muito embora a especificação do pedido seja um requisito para sua admissibilidade, é importante que a Administração não faça exigências demasiadas, o que prejudica o exercício do direito de acesso à informação pelos cidadãos. Isso significa que não é necessário que o pedido contenha todos os elementos de especificação (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) para ser considerado válido, basta que a Administração consiga identificar a informação. Afinal, exigências exageradas de especificação demandariam que o cidadão praticamente já conhecesse a informação que deseja acessar, motivo pelo qual a classificação de um pedido como genérico deve ser cautelosa.

Para melhor efetividade da relação entre a Administração Pública e os cidadãos, sempre que um pedido for considerado genérico, recomenda-se que se apontem os dados faltantes ou não adequadamente apresentados que poderiam ensejar atendimento futuro. Recomenda-se, inclusive, interlocução com o cidadão, orientando-o a apresentar novo pedido com maior precisão e clareza.

Assim, verifica-se que a SMS, ao considerar o pedido genérico, não apontou os dados faltantes que poderiam ensejar o atendimento futuro, limitando-se a orientar o cidadão a não utilizar “etc” e “todos” os exames nas frases.

O **pedido original** afigura-se objetivo identificando o objeto pretendido, o período temporal e a **localização**. Outras exigências podem prejudicar o exercício do direito do cidadão ao pedido de acesso à informação.

Nesse norte, **VOTO PELO DEFERIMENTO DO RECURSO**, de sorte a possibilitar o retorno dos autos à **SMS** para a **disponibilização à RECORRENTE da informação solicitada**, qual seja, **relatório de encaminhamentos para consultas e atendimentos em especialidades médicas realizados pela UBS Padre Anchieta, no período de janeiro a maio de 2025, se possível**, contendo as seguintes informações: · **Quantidade de encaminhamentos realizados por mês**; · **Especialidades médicas mais requisitadas** (ex: cardiologia, ortopedia, neurologia, endocrinologia, psiquiatria, etc.); · **Média de tempo de espera entre o encaminhamento e a consulta agendada** (se disponível); · **Quantidade de encaminhamentos ainda pendentes de atendimento**.

Esse o voto, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).^[1]

FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE

Procuradora Municipal -OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

^[1] (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 24/07/2025, às 22:42, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **15580200** e o código CRC **F6762027**.